

1 **Ata de Reunião (Nº 360)**

2 Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às oito horas e
3 trinta minutos, por meio de videoconferência, realizou-se Reunião Ordinária do Conselho
4 Municipal de Previdência (C.M.P.), com a presença dos membros titulares: Adriana
5 Rambaiolo Tonin (CP RPPS CODEL I), Adriano Antônio Pazianoto (ANBIMA CPA-10,
6 CP RPPS CGINV III, CP RPPS DIRIG III e CP RPPS CODEL II), Estevan Pietro, Teresa
7 Cristina Sicoli Vilela (CP RPPS CODEL II), Rosimere Cleide Souza Desidério (CP RPPS
8 CODEL II) e Silvana Aparecida da Rocha Delfino (CP RPPS CODEL I - suplente no
9 exercício da titularidade). Participaram os membros suplentes: Fernanda Bruschi Porto
10 Albuquerque, Bruno Santana, Mário José Piccarelli de Castro (ANBIMA CPA-20, CP
11 RPPS CGINV I e CP RPPS DIRIG I) e Rosycarmen Pontes Gestal Alvares (CP RPPS
12 CODEL I). Ainda, participaram da reunião o Diretor Superintendente, Coronel Miguel
13 Elias Daffara (CP RPPS DIRIG I) e o Diretor Técnico Wilclem de Lazari Araujo
14 (ANBIMA CPA-10, CP RPPS CGINV I, CP RPPS CODEL II, CP RPPS COFIS II e CP
15 RPPS DIRIG III), os membros do Comitê de Investimentos: Patrícia Nato Toninato
16 Bartolomei e Daniel Henrique Martins Biot, além dos consultores de investimentos da LDB
17 Consultoria: Ronaldo de oliveira e Marcos Almeida. Justificou sua ausência
18 antecipadamente: Giuliano Cléber Coltro (CP RPPS CODEL I). **A reunião contou com**
19 **a seguinte pauta: I – Atos Preparatórios: 1.1) Verificação de quórum legal. 1.2)**
20 **Palavra da Presidência. 1.3) Palavra da Superintendência/Diretoria. 1.4) Palavra dos**
21 **Membros. II – Atos Ordinatórios: 2.1) 2.1) Votação das Atas das Reuniões**
22 **Anteriores (Ata 355, 356 e 357); 2.2) Informações sobre cursos: 2.2.1) Cursos EAD e**
23 **presenciais disponíveis: 2.2.1.1) Plataforma de Cursos da ABCPREV, acessível em**
24 **<https://abcprev.eadplataforma.app/>; 2.2.1.2) Eventos Previdenciários presenciais**
25 **(de assuntos gerais) já anunciados e confirmados (não há); III – Ordem da Pauta**
26 **do dia: 3.1) Deliberação sobre a Política de Investimentos para o exercício de 2026;**
27 **3.2. Deliberação sobre a Política de Gestão de Riscos para o exercício de 2026; 3.3.**
28 **Deliberação sobre a proposta de alteração do Plano de Custeio Suplementar**
29 **(conforme simulação atuarial e Minuta de Lei Complementar); 3.4. Deliberação**
30 **sobre o Plano de Trabalho do Conselho Municipal de Previdência para o exercício**
31 **de 2026; 3.5. Apresentação da nova Identidade Visual da RIOPRETOPREV; 3.6.**
32 **Apreciação e deliberação sobre o Balancete Contábil referente a outubro de 2025;**
33 **3.7. Apreciação e deliberação sobre o Relatório de Investimentos referente a**
34 **outubro de 2025; 3.8. Apreciação e deliberação sobre o Relatório de Investimentos**
35 **do 3º trimestre de 2025; 3.9. Referendo das decisões do Comitê de Investimentos**
36 **relativas ao mês de novembro de 2025.** A reunião teve início com a verificado do
37 quórum, que estava de acordo com o §8º do art. 104 da Lei Complementar nº 139/2001,
38 com redação dada pela Lei Complementar nº 364/2012. O presidente, Adriano Antônio
39 Pazianoto, não fez uso da palavra e passou-a ao Diretor-Superintendente, Cel. Miguel Elias

40 Daffara, que aproveitou a oportunidade para saudar os membros do colegiado, os membros
41 do Comitê de Investimentos presentes, e desejar a todos um bom dia de trabalho. A
42 Diretoria não se manifestou e, portanto, foi aberta a palavra aos membros. A Conselheira
43 Adriana Rambaiolo Tonin solicitou a palavra para registrar, inicialmente, sua surpresa e
44 preocupação ao analisar a pauta da presente reunião, ao constatar que constava para
45 discussão e votação o projeto de lei que prevê a redução da alíquota suplementar, antes
46 mesmo da aprovação da reforma da previdência pelo Poder Legislativo. Ressaltou que tal
47 preocupação já havia sido anteriormente manifestada ao Presidente do Conselho,
48 especialmente no que se refere à observância das etapas necessárias do processo legislativo,
49 destacando que ainda restam dias para a tramitação da reforma junto à Câmara Municipal,
50 período no qual podem ocorrer alterações relevantes. Enfatizou a importância de que o
51 Conselho atue com cautela, de modo a resguardar a segurança jurídica das deliberações e
52 das ações do colegiado. Na sequência, a Conselheira informou que, ao proceder à leitura
53 das atas anteriores, sentiu a necessidade de maior prazo para análise, a fim de realizar
54 correções e observações pertinentes. Destacou, ainda, que a discussão sobre a alteração do
55 plano de custeio, especialmente no que se refere à consideração da geração futura no cálculo
56 da avaliação atuarial, já havia sido objeto de deliberação anterior deste Conselho. Recordou
57 que, à época, ficou definido que seriam solicitados à Prefeitura e ao setor de Recursos
58 Humanos dados referentes ao número de servidores terceirizados, temporários ou
59 contratados sob regime da CLT, informações estas essenciais para a adequada projeção
60 atuarial. Contudo, relatou não ter identificado tal solicitação devidamente registrada nas
61 atas, tampouco evidências de que esses dados tenham sido formalmente encaminhados ou
62 apresentados. A Conselheira observou que o material apresentado contempla apenas
63 informações relativas aos servidores estatutários e projeções futuras de concursos públicos,
64 não abrangendo, porém, os servidores temporários e terceirizados, cujos quantitativos
65 impactam diretamente o cálculo atuarial e a modificação do plano de custeio. Diante disso,
66 manifestou entendimento de que, na ausência dessas informações, a discussão e eventual
67 votação da alteração do plano de custeio ficam prejudicadas, motivo pelo qual solicitou o
68 registro formal de sua manifestação em ata. A Conselheira Suplente Silvana Aparecida da
69 Rocha Delfino manifestou-se no mesmo sentido das ponderações apresentadas pela
70 Conselheira Adriana Rambaiolo Tonin, especialmente no que se refere à minuta de
71 adequação das alíquotas. Ressaltou que a reforma da previdência ainda não foi aprovada e
72 que, mesmo após sua eventual aprovação, seria necessário avaliar concretamente seus
73 resultados antes de se discutir ou justificar a redução da alíquota suplementar. Destacou
74 que a apreciação conjunta dessas matérias pode transmitir a percepção equivocada de que
75 a reforma tem como objetivo exclusivo a diminuição de encargos para o ente federativo,
76 em detrimento de uma análise técnica e responsável. A Conselheira também destacou que
77 houve, anteriormente, o compromisso de realização de audiências públicas ou
78 chamamentos amplos aos servidores, compromisso este assumido em reunião com o Chefe

79 do Poder Executivo, o que, segundo afirmou, não se concretizou. Observou que, embora
80 tenham ocorrido esforços por parte da RioPretoPrev e dos conselheiros para esclarecer os
81 servidores nos locais de trabalho, tais ações não substituem os mecanismos formais de
82 participação prometidos. Salientou que a ausência dessas etapas resultou em
83 questionamentos direcionados aos conselheiros, gerando desconforto e insegurança quanto
84 à condução do processo. Nesse contexto, avaliou que a aprovação da minuta neste
85 momento representaria o atropelo do rito adequado, sem que os servidores tenham plena
86 compreensão dos motivos e impactos das medidas propostas. Por fim, declarou que, na
87 condição de representante sindical e de conselheira, não concorda com a aprovação da
88 matéria nas circunstâncias apresentadas e não se sente confortável em assumir tal
89 responsabilidade, requerendo que sua manifestação e posicionamento contrário fiquem
90 expressamente registrados em ata. A Conselheira Rosimere Cleide Souza Desidério
91 manifestou concordância com as ponderações apresentadas pelas Conselheiras Adriana
92 Rambaiolo Tonin e Silvana Aparecida da Rocha Delfino. Declarou que não se surpreendeu
93 com a forma como o processo foi conduzido, considerando manifestações públicas do
94 Chefe do Poder Executivo que, em seu entendimento, não se concretizaram na prática.
95 Ressaltou a ausência de audiências públicas, destacando que a discussão deveria ter ocorrido
96 com a participação direta do Poder Executivo e das áreas responsáveis, de modo a
97 possibilitar amplo esclarecimento aos servidores. Afirmou compreender que houve
98 esforços por parte da RioPretoPrev e de seus técnicos para prestar esclarecimentos, não
99 atribuindo a estes a responsabilidade pela condução política do processo. A Conselheira
100 declarou entender que a reforma, tal como encaminhada, beneficia predominantemente o
101 governo, embora reconheça seus efeitos sobre a RioPretoPrev, ressaltando que, em sua
102 avaliação, o ônus recai majoritariamente sobre os servidores. Informou, ainda, que votou
103 contrariamente à matéria, mantendo convicção em seu posicionamento. Por fim, solicitou
104 o registro de seu descontentamento com a condução do processo e questionou sobre o
105 encaminhamento do documento solicitado na reunião anterior, referente à cobrança dos
106 pagamentos devidos pelo ente federativo, informando que, até onde teve conhecimento,
107 não houve a regularização dos referidos repasses. O Presidente do Conselho, Adriano
108 Antônio Pazianoto, esclareceu que o ofício solicitado pelo Conselho ainda não foi
109 expedido, tendo sido encaminhadas apenas as cobranças administrativas ordinárias pela
110 Diretoria. Informou que a não emissão do referido ofício decorreu de limitação de tempo,
111 mas que dará prioridade a isso. Não havendo mais manifestações dos conselheiros,
112 informou o encerramento das manifestações e a passagem aos Atos Ordinatórios. Na
113 sequência, esclareceu que as Atas nº 355, 356 e 357 haviam sido encaminhadas aos
114 conselheiros, que as correções sugeridas foram analisadas e incorporadas, encontrando-se
115 os documentos aptos para discussão e votação. Questionou, então, se algum conselheiro
116 desejava discutir as referidas atas antes da deliberação. Não havendo manifestações
117 adicionais para debate, as matérias foram colocadas em votação, **restando aprovadas, por**

118 **unanimidade, as atas nº 355 e 357. A análise da ata 356 foi postergada para a próxima**
119 **reunião.** Em seguida, Adriano Antônio Pazianoto prestou informações sobre cursos e
120 capacitações, esclarecendo que diversos conselheiros solicitaram curso de certificação
121 profissional, tanto para obtenção inicial quanto para elevação de nível. Informou que está
122 em andamento processo administrativo para contratação desses cursos, com expectativa de
123 conclusão até aproximadamente 20 de dezembro, possibilitando a realização da certificação
124 na modalidade de curso de formação, com certificação ao final. Destacou, ainda, a
125 manutenção do contrato com a ABCPREV, permanecendo disponível a plataforma de
126 cursos. Informou também sobre o início de um Programa de Educação Financeira para
127 servidores, cuja primeira edição ocorrerá em 10 de dezembro, com condução inicial dos
128 servidores Daniel Henrique Martins Biot e Patrícia Nato Toninato Bartolomei, havendo
129 previsão de ampliação do programa no próximo exercício, inclusive para aposentados.
130 Adriano Antônio Pazianoto mencionou, ainda, a possibilidade de participação de
131 conselheiros em evento previdenciário a ser realizado em Recife, informando que está em
132 andamento a organização da participação. Por fim, declarou encerrados os Atos
133 Ordinatórios e informou o ingresso na Ordem do Dia, registrando a presença dos
134 consultores Marcos Almeida e Ronaldo Oliveira, da LDB Consultoria, convidados para
135 realizar apresentação resumida dos principais pontos da Política de Investimentos e das
136 Diretrizes de Gestão de Riscos da RioPretoPrev para o exercício de 2026. Registrou, ainda,
137 a presença dos membros do Comitê de Investimentos: Mário José Piccarelli de Castro,
138 Patrícia Nato Toninato Bartolomei, Daniel Henrique Martins Biot e Wilclem de Lázari
139 Araújo, os quais se colocaram à disposição para prestar esclarecimentos adicionais aos
140 conselheiros acerca da atuação do Comitê, caso necessário. O consultor Marcos Almeida,
141 da LDB Consultoria, apresentou de forma sintética a Política de Investimentos da
142 RioPretoPrev para o exercício de 2026, esclarecendo que o documento já havia sido
143 previamente disponibilizado aos conselheiros e consiste em um conjunto de regras e
144 diretrizes para a condução dos recursos da unidade gestora ao longo do período de 1º de
145 janeiro a 31 de dezembro de 2026, em conformidade com a Resolução CMN nº
146 4.963/2021. Explicou que a política está estruturada em parte qualitativa e parte
147 quantitativa, contemplando as características institucionais do regime, seus processos de
148 governança e, de outro lado, os parâmetros numéricos, históricos e prospectivos que
149 orientam a tomada de decisão. Destacou que a RioPretoPrev é classificada como investidor
150 profissional, o mais elevado nível de governança previdenciária, ressaltando a robustez dos
151 controles internos e a qualificação técnica do Comitê de Investimentos. No que se refere à
152 meta de rentabilidade, informou que foi definida como IPCA acrescido de 5,64%, taxa
153 fundamentada na meta atuarial, considerando o prazo médio da dívida e os parâmetros
154 estabelecidos nas Portarias vigentes do Ministério da Previdência. Destacou que o
155 acréscimo adotado decorre do histórico recente de desempenho positivo da carteira,
156 especialmente a partir de 2023. Quanto à alocação dos recursos, esclareceu que a proposta

157 para 2026 mantém, em linhas gerais, a estrutura atualmente adotada, diante dos resultados
158 satisfatórios obtidos. Informou que a carteira permanecerá majoritariamente concentrada
159 em renda fixa, com diversificação controlada em renda variável, investimentos no exterior
160 e investimentos estruturados, sempre respeitando os limites legais e a Política de
161 Investimentos. Abordou, ainda, os critérios de gestão e monitoramento de riscos,
162 destacando o uso do Value at Risk (VaR) como principal métrica de risco de mercado, bem
163 como os limites definidos para os diferentes segmentos. Esclareceu que também são
164 monitorados os riscos de crédito, liquidez, solvência e operacionais, conforme manual
165 próprio, assegurando a preservação do patrimônio e a aderência às boas práticas de
166 governança. Por fim, informou que a Política de Investimentos será formalmente divulgada
167 aos órgãos fiscalizadores, publicada nos meios oficiais e disponibilizada aos participantes,
168 colocando-se à disposição para esclarecimentos adicionais aos conselheiros. A Sra. Patrícia
169 Nato Toninato Bartolomei informou que a Política de Investimentos e de Gestão de Riscos
170 para 2026 permanece alinhada ao que já vinha sendo executado em 2025, destacando que
171 não houve alterações relevantes na legislação aplicável e que o cenário considerado na
172 política já reflete as adequações realizadas ao longo do exercício vigente. Em razão disso,
173 esclareceu que não foram propostas mudanças significativas na alocação, mantendo-se a
174 carteira com perfil semelhante ao atual, com ajustes pontuais para permitir o
175 aproveitamento de oportunidades que venham a surgir, sempre com prudência e diligência
176 na análise dos ativos e das instituições parceiras. Acrescentou que o Comitê de
177 Investimentos busca maximizar a rentabilidade da carteira, visando superar a meta atuarial,
178 relatando que o exercício de 2025 apresenta desempenho mais favorável em comparação
179 ao ano anterior e indicando expectativa de atingimento da meta, inclusive com possibilidade
180 de compensação do resultado inferior do exercício precedente. Por fim, colocou o Comitê
181 à disposição para esclarecimentos adicionais aos conselheiros acerca da Política de
182 Investimentos e da Política de Riscos. Wilclem de Lazari Araujo, que é Diretor Técnico da
183 Autarquia e membro do Comitê de Investimentos, informou, a título de esclarecimento aos
184 conselheiros, que a minuta da Política de Investimentos foi devidamente discutida, debatida
185 e ajustada no âmbito do Comitê de Investimentos, tendo sido aprovada por unanimidade
186 pelos seus membros. Ressaltou que o texto submetido à apreciação do Conselho
187 corresponde à versão final validada pelo Comitê, encontrando-se, portanto, apto à
188 deliberação pelo colegiado. O Presidente do Conselho, Adriano Antônio Pazianoto, dirigiu
189 questionamento aos consultores Marcos Almeida e Ronaldo Oliveira, solicitando que
190 registrassem sua avaliação prospectiva para o exercício seguinte, especialmente quanto às
191 expectativas de cenário econômico e às orientações gerais para a condução da carteira de
192 investimentos da RioPretoPrev no próximo período, a fim de subsidiar a deliberação do
193 colegiado. Em resposta, o consultor Marcos Almeida informou que a alocação objetiva
194 proposta para o próximo exercício já se encontra fundamentada em estudo de
195 macroalocação de ativos (ALM), o qual considera o cenário econômico e institucional

RIOPRETOPREV – Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto

Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto – SP - Telefone (17) 3222 7445

E-mail: contato@riopretoprev.sp.gov.br - <https://www.riopreto.sp.gov.br/conselhos/conselho-municipal-de-previdencia>

196 vigente. Destacou que o referido estudo indica a manutenção da estratégia atualmente
197 adotada, uma vez que a carteira apresenta elevado grau de previsibilidade, especialmente
198 em razão da concentração em renda fixa, segmento que, no momento, ainda oferece
199 prêmios atrativos, dispensando a assunção de riscos desnecessários. Ressaltou, ainda, que a
200 estratégia contempla adequada diversificação e desconexão de riscos, por meio da
201 manutenção de exposições em renda variável já existentes. Avaliou que não há, no curto
202 prazo, necessidade de mudança de rota na condução da carteira. Quanto ao cenário
203 prospectivo, afirmou que o ambiente permanece desafiador e volátil, influenciado
204 principalmente por fatores políticos e institucionais, com possibilidade de fechamento das
205 taxas de juros no próximo período. Destacou que tal contexto pode gerar oportunidades
206 táticas, especialmente em ano eleitoral, reforçando a importância da manutenção de níveis
207 adequados de liquidez, conforme já adotado pela gestão, a fim de permitir ajustes pontuais
208 e preservação do patrimônio. O Presidente do Conselho, Adriano Antônio Pazianoto,
209 indagou se algum conselheiro desejava discutir a proposta da Política de Investimentos.
210 Não havendo manifestações, informou que a matéria seria colocada em votação,
211 procedendo, na sequência, à abertura do processo deliberativo para apreciação do
212 colegiado. O Presidente do Conselho, Adriano Antônio Pazianoto, colocou em deliberação
213 a Política de Investimentos e a Política de Gestão de Riscos da RioPretoPrev para o
214 exercício de 2026. Não havendo oposição por parte dos conselheiros, **restaram aprovadas**
215 **a Política de Investimentos e a Política de Gestão de Riscos para o exercício de**
216 **2026, por unanimidade.** Na sequência, agradeceu aos consultores Marcos Almeida e
217 Ronaldo Oliveira pela participação e pelas apresentações realizadas, destacando a
218 contribuição técnica prestada ao colegiado, e agradeceu aos membros do Comitê de
219 Investimentos pela participação e apoio técnico durante a reunião. Informou que os
220 referidos participantes ficavam dispensados de permanecer na sessão, caso necessitassem
221 se dedicar a outras atividades, reiterando seus agradecimentos pela colaboração prestada.
222 O Presidente do Conselho, Adriano Antônio Pazianoto, informou que o próximo item da
223 pauta se referia à deliberação acerca da proposta de alteração do plano de custeio
224 suplementar, fundamentada em simulação atuarial e em minuta de Projeto de Lei
225 Complementar, atualmente em tramitação na Câmara Municipal. Esclareceu que a proposta
226 de reforma da previdência municipal já havia sido aprovada quanto à legalidade em primeiro
227 turno, encontrando-se no interstício regimental de dez dias para votação em segundo turno,
228 e que, caso aprovada, o déficit atuarial do regime poderia ser reduzido de aproximadamente
229 R\$ 2,5 bilhões para cerca de R\$ 849 milhões, tornando o plano de amortização vigente
230 superior à real necessidade de financiamento do déficit. Nesse contexto, ressaltou que
231 compete ao Diretor-Superintendente, conforme atribuição legal, encaminhar ao Conselho
232 as propostas de alteração do plano de custeio suplementar da entidade, razão pela qual
233 foram apresentadas a simulação atuarial e a minuta de lei complementar, a serem
234 protocoladas e submetidas à apreciação condicionada à aprovação da reforma

235 previdenciária. Destacou que a proposta considera a adoção de novas fontes e ajustes de
236 custeio, incluindo o aporte de recursos equivalentes ao imposto de renda, com percentual
237 de 50% nos três primeiros anos e 100% a partir de 2029, o aumento progressivo da
238 contribuição patronal normal de 25% para 28%, bem como a redução da taxa de
239 administração de 2,4% para um 1,8%, justificada principalmente pela eliminação do
240 pagamento do PASEP, entendendo-se que o novo percentual é suficiente para o custeio
241 das despesas administrativas da autarquia. Acrescentou, ainda, que a proposta adota a
242 hipótese de reposição de segurados, com base no histórico consistente do Município,
243 considerando o compromisso formal da atual administração com a realização de concursos
244 públicos, inclusive com certame em andamento para a contratação de mais de quinhentos
245 servidores. Informou que a minuta já contempla as alíquotas aplicáveis no cenário pós-
246 reforma da previdência e ressaltou que a matéria depende de aprovação do Conselho, nos
247 termos da legislação vigente. Ao final, declarou aberta a palavra aos conselheiros,
248 convidando o Diretor-Superintendente a se manifestar, caso entendesse necessário. O Cel.
249 Miguel Elias Daffara iniciou sua fala agradecendo as contribuições e ponderações
250 apresentadas pelas Conselheiras Adriana Rambaiolo Tonin, Silvana Aparecida da Rocha
251 Delfino e Rosimere Cleide Souza Desidério, informando que levará tais considerações ao
252 conhecimento do Prefeito na primeira oportunidade. Ressaltou que a equipe da
253 RioPretoPrev tem realizado diversas ações de esclarecimento, incluindo apresentações em
254 secretarias municipais e junto ao sindicato dos servidores, o qual recebeu a equipe de forma
255 receptiva, destacando que os trabalhos de orientação e esclarecimento continuarão sempre
256 que houver convite por parte das secretarias, entidades ou servidores. Mencionou que o
257 processo legislativo se encontra em fase final, considerando o calendário da Câmara
258 Municipal e os feriados previstos, havendo expectativa quanto à votação do mérito da
259 reforma previdenciária. Assinalou que, caso a reforma não seja aprovada, o projeto de
260 amortização do déficit atuarial perde seus efeitos, razão pela qual se faz necessária a
261 apreciação da matéria pelo Conselho, em observância à participação democrática do
262 colegiado, a qual afirmou valorizar de forma significativa. Destacou que, diante do
263 encerramento do exercício financeiro e da proximidade do término do ano, entendeu ser
264 seu dever submeter a proposta ao Conselho, privilegiando a instância colegiada para
265 discussão e deliberação, condicionada à eventual aprovação da reforma previdenciária.
266 Acrescentou que, uma vez aprovada a reforma, as alíquotas previstas tenderão a reduzir,
267 possibilitando maior disponibilidade de recursos para a valorização dos servidores e para a
268 implementação de outras políticas públicas relevantes para o Município. Por fim, reiterou
269 que diversas apresentações já foram realizadas e que a equipe seguirá promovendo
270 esclarecimentos sempre que solicitada. A Conselheira Adriana Rambaiolo Tonin afirmou
271 que, desde o início da reunião, restou evidente a insatisfação dos conselheiros quanto à
272 inclusão e à forma de apresentação da proposta de alteração do plano de custeio
273 suplementar na pauta do dia, destacando que, em seu caso, tal insatisfação se intensificou

274 diante da apresentação da minuta de lei sem a devida explicação técnica por parte da
275 Diretoria da RioPretoPrev. Ressaltou que, embora tenham sido mencionadas alterações
276 relacionadas à idade e a outros parâmetros da reforma previdenciária, não foi esclarecida a
277 metodologia utilizada para a definição das alíquotas propostas, especialmente a alíquota
278 inicial de 5%, questionando de forma objetiva quais critérios e cálculos fundamentaram a
279 fixação desse percentual. Registrou, ainda, que esperava a participação do atuário
280 responsável, a fim de contribuir tecnicamente para o esclarecimento da matéria, o que não
281 ocorreu até o momento. O Presidente do Conselho, Adriano Antônio Pazianoto, esclareceu
282 que o cenário atuarial e o respectivo parecer do atuário foram encaminhados previamente
283 aos conselheiros, juntamente com a pauta da reunião, para subsidiar a análise da proposta
284 apresentada. A Conselheira Adriana Rambaiolo Tonin aprofundou sua manifestação ao
285 analisar os dados constantes da simulação atuarial apresentada, destacando que a alíquota
286 suplementar inicial de 5%, combinada com a contribuição patronal de 25%, decorre
287 diretamente das alterações propostas na reforma previdenciária, as quais impõem maior
288 tempo de trabalho aos servidores, enquanto os efeitos positivos sobre o déficit atuarial
289 somente se concretizariam no longo prazo. Ressaltou que, conforme os números
290 apresentados, a redução efetiva do déficit atuarial ocorreria apenas após aproximadamente
291 treze a quatorze anos, período no qual grande parte dos servidores que suportaram o
292 aumento contributivo já estará aposentada. A Conselheira manifestou preocupação com o
293 fato de que, nos primeiros anos, o déficit atuarial não apresenta redução imediata, chegando
294 inclusive a se elevar, o que, em seu entendimento, evidencia que o ônus recai
295 majoritariamente sobre os servidores, sem contrapartida proporcional do ente federativo
296 no curto e médio prazo. Criticou a ausência de debate específico e aprofundado sobre o
297 plano de custeio, ressaltando que, embora a reforma previdenciária tenha sido objeto de
298 diversas reuniões, o plano de custeio não foi previamente discutido pelo Conselho.
299 Apontou, ainda, a falta de explicação técnica detalhada sobre a definição das alíquotas
300 propostas, especialmente pela ausência do atuário responsável na reunião, destacando que
301 a matéria está sendo submetida à apreciação do colegiado sem o amadurecimento
302 necessário, o que, em seu entendimento, inviabiliza a deliberação naquele momento.
303 Registrou, por fim, seu descontentamento com a condução do processo, afirmando que
304 considera as alíquotas propostas inadequadas e ofensivas aos servidores, reiterando que não
305 se trata do momento oportuno para votação do plano de custeio suplementar. A
306 Conselheira Rosimere Cleide Souza Desidério manifestou concordância com as
307 considerações apresentadas pela Conselheira Adriana Rambaiolo Tonin, destacando que, a
308 partir da análise da simulação atuarial apresentada, entende que a proposta transfere o ônus
309 da reforma previdenciária aos servidores, postergando para futuras gestões a
310 responsabilidade pela redução efetiva do déficit atuarial. Registrou, ainda, sua avaliação de
311 que a situação é lamentável, solicitando que sua manifestação fique consignada em ata. A
312 Conselheira Suplente Silvana Aparecida da Rocha Delfino manifestou concordância com

313 as ponderações apresentadas pelas Conselheiras que a antecederam, especialmente quanto
314 à forma de apresentação da proposta de adequação das alíquotas. Ressaltou que, assim
315 como ocorreu com a reforma previdenciária, trata-se de matéria complexa e sensível, que
316 demanda estudo aprofundado, capacitação e análise criteriosa por parte do Conselho.
317 Destacou que, embora houvesse ciência prévia de que as alíquotas seriam reduzidas, a
318 definição do percentual exato necessita de discussão mais ampla e aprofundada,
319 preferencialmente com a presença do atuário responsável e a apresentação de cenários
320 alternativos, conforme anteriormente solicitado. Defendeu que o tema seja debatido não
321 apenas no âmbito do Conselho, mas também com os servidores, antes de qualquer
322 deliberação, considerando que a aprovação pelo colegiado implica imediato
323 encaminhamento da matéria ao Poder Legislativo. A Conselheira ressaltou, ainda, que a
324 projeção de redução do déficit atuarial apenas no longo prazo suscita preocupações de
325 ordem ética, uma vez que os servidores arcarão com os impactos no presente, sem
326 percepção clara da contribuição efetiva do ente federativo. Por fim, defendeu que a matéria
327 seja mais bem discutida e amadurecida, com retorno posterior ao Conselho para deliberação
328 responsável. A Conselheira Suplente Rosycarmen Pontes Gestal Alvares manifestou
329 concordância com as falas das conselheiras que a antecederam, afirmando haver incoerência
330 entre o discurso adotado durante as discussões da reforma previdenciária e a proposta
331 apresentada de adequação das alíquotas. Ressaltou que, ao longo de todo o processo, foi
332 enfatizada a necessidade da reforma e seu impacto positivo sobre o déficit atuarial, ao passo
333 que, na proposta atual, o ônus é postergado para o longo prazo, com redução efetiva apenas
334 após treze a quatorze anos. Destacou que tal encaminhamento afasta o ente federativo de
335 sua responsabilidade imediata, propondo alíquotas que, em seu entendimento, não refletem
336 adequadamente o compromisso com o equilíbrio atuarial no curto e médio prazo. Alertou,
337 ainda, para a repercussão negativa da proposta junto aos servidores, caso aprovada sem
338 amplo debate. Por fim, afirmou que o Conselho é composto por membros comprometidos
339 e responsáveis, defendendo que a matéria seja amplamente discutida, com transparência e
340 aprofundamento, antes de qualquer deliberação, considerando os impactos diretos sobre a
341 vida funcional e previdenciária dos servidores. O Presidente do Conselho, Adriano Antônio
342 Pazianoto, indagou se algum conselheiro ainda desejava fazer uso da palavra para discussão.
343 Não havendo novas manifestações, declarou encerrada a fase de debates e informou que a
344 proposta de alteração do plano de custeio suplementar seria colocada em votação. Na
345 sequência, esclareceu que procederá à chamada nominal dos conselheiros titulares para
346 manifestação de voto. Iniciando a votação, declarou seu voto favorável à aprovação do
347 plano de custeio, fundamentando-o nos impactos esperados da reforma da previdência e
348 das demais medidas propostas sobre a redução do déficit atuarial, condicionados à
349 aprovação da reforma previdenciária. Informou, ainda, que a Conselheira Silvana Aparecida
350 da Rocha Delfino exercia a titularidade na presente reunião, em razão da ausência justificada
351 do conselheiro titular, passando-lhe a palavra para manifestação de voto. A Conselheira

352 Silvana Aparecida da Rocha Delfino declarou voto contrário à aprovação da proposta. A
353 Conselheira Adriana Rambaiolo Tonin igualmente manifestou voto contrário, pelos
354 motivos já expostos durante as discussões. Da mesma forma, a Conselheira Rosimere
355 Cleide Souza Desidério registrou voto contrário à aprovação. A conselheira Teresa Cristina
356 Sicoli Vilela declarou voto favorável. O Conselheiro Estevan Pietro destacou a
357 complexidade da matéria em apreciação e, considerando as ponderações apresentadas pelo
358 Presidente do Conselho e pelo Diretor-Superintendente, declarou voto favorável à
359 proposta de alteração do plano de custeio suplementar. Ressalvou, contudo, que, após o
360 encaminhamento do projeto ao Poder Legislativo, entende ser necessária a análise da
361 matéria pela Comissão competente, conforme a tramitação da reforma previdenciária,
362 registrando sua observação para fins de acompanhamento. Concluída a votação, o
363 Presidente do Conselho, Adriano Antônio Pazianoto, informou que foram registrados três
364 votos contrários e três votos favoráveis à proposta de alteração do plano de custeio
365 suplementar. Diante do empate, exerceu o voto de qualidade, manifestando-se
366 favoravelmente à aprovação da proposta, nos termos legais e regimentais, declarando,
367 assim, **aprovado, pelo voto de qualidade da Presidência, a alteração do plano de**
368 **custeio suplementar, condicionada a aprovação da proposta de Reforma da**
369 **Previdência Municipal.** O Presidente do Conselho, Adriano Antônio Pazianoto,
370 informou que o próximo item da Ordem do Dia referia-se à apreciação do Plano de
371 Trabalho do Conselho Municipal de Previdência para o exercício de 2026, documento
372 previamente encaminhado aos conselheiros. Esclareceu que o plano contempla a agenda
373 anual de trabalho do colegiado, bem como breve contextualização sobre a atuação do
374 Conselho, sendo a agenda o elemento central do documento. Destacou que o plano
375 mantém o padrão atualmente adotado, com a ressalva de que as reuniões previstas para os
376 meses de janeiro e março foram programadas para ocorrer na última quinta-feira do mês, e
377 não na primeira, em razão do período de férias, o que impacta a disponibilidade para
378 preparação dos materiais. Ressaltou, contudo, que permanece o compromisso do Conselho
379 em retificar o documento, caso haja necessidade de alteração das datas ao longo do
380 exercício. Acrescentou que o Plano de Trabalho constitui documento obrigatório no
381 âmbito do Pró-Gestão RPPS, representando o planejamento das atividades do Conselho
382 para o exercício de 2026. Em seguida, indagou se algum conselheiro desejava debater o
383 documento e, não havendo manifestações, colocou-o em votação, informando que, na
384 ausência de oposição, o Plano de Trabalho seria considerado aprovado. Não havendo
385 manifestações contrárias, **restou aprovado, por unanimidade, o Plano de Trabalho do**
386 **Conselho Municipal de Previdência para o exercício de 2026.** Dando continuidade à
387 Ordem do Dia, o Presidente do Conselho, Adriano Antônio Pazianoto, informou aos
388 conselheiros sobre o processo de atualização da identidade visual da RioPretoPrev,
389 destacando que o logotipo anteriormente utilizado remonta ao período de criação da
390 Autarquia e se encontrava desatualizado, inclusive em baixa resolução. Esclareceu que, por

391 sugestão da Secretaria Municipal de Comunicação, está sendo adotada uma nova marca,
392 com layout mais moderno, cores atualizadas e maior harmonia visual, visando melhor
393 adequação aos novos materiais institucionais, ao site da Autarquia e aos documentos
394 oficiais. Informou que os conselheiros receberam previamente o material contendo o
395 registro da nova marca, bem como as diretrizes básicas de utilização, incluindo as cores
396 oficiais e métricas de aplicação. Acrescentou que a nova identidade visual foi bem recebida
397 internamente pelos servidores da RioPretoPrev e que há a intenção de realizar,
398 oportunamente, ação institucional ou cerimônia de apresentação, com o objetivo de dar
399 publicidade à adoção da nova marca junto à sociedade. Ressaltou que a atualização busca
400 conferir maior padronização, modernidade e qualidade visual à comunicação institucional,
401 esclarecendo que a apresentação teve caráter informativo, não demandando deliberação por
402 parte do Conselho. Por fim, **restou referendada a nova identidade visual institucional**
403 **da RIOPRETOPREV**. Próximo item da pauta, Adriano Antônio Pazianoto, que também
404 é o Diretor Executivo da Autarquia, apresentou balancete contábil de outubro/2025: *No*
405 *período, as receitas orçamentárias totalizaram R\$ 21.785.977,06, sendo: Contribuições dos 5.411*
406 *servidores ativos – R\$ 5.462.080,80; Contribuições dos Aposentados e Pensionistas R\$ 1.010.532,85;*
407 *Contribuição Patronal Normal – R\$ 9.773.822,24; Contribuição Patronal Suplementar –*
408 *R\$ 519.171,72; Parcelamentos – R\$ 2.867.300,39; COMPREV – R\$ 787.801,12; Receita*
409 *Patrimonial – R\$ 854.067,57; Restituições da Folha de Pagamento – R\$ 1.451,98; Outras Receitas –*
410 *R\$ 509.748,39. No período, as despesas equivaleram a R\$ 23.535.412,37, sendo: a) Despesa com*
411 *benefícios previdenciários: i) com 1.918 aposentadorias: R\$ 21.240.372,16; ii) com 254 pensões:*
412 *R\$ 1.647.509,48; iii) com pagamento de benefícios em decorrência de ordem judicial: R\$ 98.591,88; iv)*
413 *indenizações e restituições trabalhistas – R\$ 0,00; v) despesas com compensação previdenciária –*
414 *R\$ 10.579,74; b) Despesas administrativas – R\$ 538.359,11. Conclui-se, com análise da peça, um*
415 *resultado orçamentário deficitário de R\$ 1.749.435,31 no mês e superavitário de R\$ 71.114.886,40 no*
416 *ano, e um resultado previdenciário superavitário de R\$ 6.339.397,21 no mês e R\$ 98.272.425,05 no*
417 *ano. O Presidente do Conselho, Adriano Antônio Pazianoto, ressaltou o não repasse da*
418 *contribuição suplementar patronal pelo ente, mas, informou que houve sinalização por*
419 *parte da Secretaria Municipal da Fazenda no sentido de que as contribuições previdenciárias*
420 *relativas ao décimo terceiro salário e ao mês de dezembro também não serão quitadas*
421 *dentro do respectivo exercício, sendo objeto de parcelamento a partir de janeiro de 2026.*
422 *Esclareceu que a contabilidade da Autarquia procederá à entrega da DIPR – Declaração de*
423 *Informações Previdenciárias, documento por meio do qual são informados à Previdência*
424 *Social os valores pagos e não pagos. Informou, ainda, que, em ato contínuo à referida*
425 *declaração, será formalizado o pedido de parcelamento das contribuições pelo Município,*
426 *nos termos da legislação aplicável. Não havendo dúvidas, o presidente, Adriano Antônio*
427 *Pazianoto, colocou o tema em votação **restando aprovadas, por unanimidade, as***
428 **demonstrações contábeis do mês de outubro de 2025**. Seguindo a pauta, Adriano
429 Antônio Pazianoto apresentou informações sobre o desempenho dos investimentos no

430 mês de outubro de 2025: *Conforme os relatórios internos da RioPretoPrev e da LDB Consultoria*
431 *referentes ao mês de outubro do ano de 2025, verifica-se que todos os fundos em nossa carteira estão em*
432 *conformidade com os limites estabelecidos pela Resolução CMN n.º 4.963/2021. O maior percentual em*
433 *relação ao Patrimônio Líquido (PL) de um fundo, respeitando o limite de 15% estabelecido pelo Art. 19º*
434 *da Resolução CMN n.º 4.963/2021 (reduzido para 5% para fundos mencionados no inciso V do Art.*
435 *7º, e não aplicável aos fundos de investimento que apliquem seus recursos exclusivamente em títulos definidos*
436 *na alínea "a" do inciso I do Art. 7º ou em compromissadas lastreadas nesses títulos), é de 4,23%, sendo*
437 *atribuído ao fundo BTG PACTUAL S&P 500 BRL FI MULTIMERCADO. Os dois seguintes,*
438 *com 3,13% e 3,00% do PL, são, respectivamente, KINEA PE IV FEEDER INST I FIP ME e*
439 *SAFRA MULTIDIVIDENDOS PB FIC FLA. No que diz respeito aos limites em relação ao PL*
440 *da RioPretoPrev (limite é 20%, direta ou indiretamente, conforme Art. 18º da Res CMN n.º 4963/2021,*
441 *excetuados os fundos de investimento que apliquem seus recursos exclusivamente em títulos definidos na*
442 *alínea "a" do inciso I do Art. 7º ou em compromissadas lastreadas nesses títulos), o maior percentual é do*
443 *BTG PACTUAL S&P 500 BRL FI MULTIMERCADO, representando 8,08% do PL. Os FI*
444 *BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM -*
445 *RESPONSABILIDADE LIMITADA e CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA*
446 *REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA ocupam o 2º e 3º lugares, com*
447 *5,39% e 3,02% do PL, respectivamente. A conformidade com a Resolução CMN n.º 4.963/2021*
448 *abrange diferentes segmentos, destacando-se: Renda Fixa: 73,70% do PL (Limite 100%); Renda*
449 *Variável: 6,62% do PL (Limite 50%, Art. 8, § 3º); Investimentos no Exterior: 8,54% do PL (Limite*
450 *10%); Investimentos Estruturados: 11,15% do PL (Limite 20%, Art. 10, § 2º). Adentrando no*
451 *detalhamento de cada segmento: Renda Fixa: Art. 7º, I, a => % PL 59,09% Limite 100%; Art. 7º,*
452 *I, b => % PL 2,48% Limite 100%; Art. 7º, III, a => % PL 10,28% Limite 80%; Art. 7º, IV*
453 *=> % PL 1,85% Limite 20%; Renda Variável: Art. 8º, I => % PL 6,62% Limite 50%;*
454 *Investimentos no Exterior: Art. 9º, II => % PL 3,94% (Limite 10% no total de IE); Art. 9º, III*
455 *=> % PL 4,60% (Limite 10% no total de IE); Investimentos Estruturados: Art. 10º, I => % PL*
456 *8,08% Limite 15%; Art. 10º, II => % PL 3,07% Limite 15%; Adicionalmente, a análise de Artigos*
457 *específicos, como o Art. 14 (que representa 17,95% do PL, respeitando o limite de 60%) e o Art. 20*
458 *(assegurando que o total das aplicações não ultrapasse 5% do volume total gerido de recursos de terceiros*
459 *das Instituições Financeiras), evidencia o cuidado e a aderência da RioPretoPrev aos parâmetros normativos*
460 *estabelecidos. DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS E O ATENDIMENTO ÀS*
461 *DIRETRIZES ESTABELECIDAS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS: Conforme os*
462 *relatórios internos da RioPretoPrev e da LDB Consultoria, é notável que todos os fundos presentes na*
463 *carteira estão em conformidade com a Política de Investimentos, aproximando-se dos objetivos estabelecidos.*
464 *Em 26 de junho de 2025, o Conselho Municipal de Previdência aprovou a primeira alteração da Política*
465 *de Investimentos para 2025. Essa revisão, proposta pelo Comitê de Investimentos, foi motivada pelo cenário*
466 *macroeconômico, que sinalizava a manutenção da taxa Selic em 15% durante todo o restante do ano, com*
467 *a expectativa de início do ciclo de queda somente em 2026. A análise dos diferentes segmentos, de acordo*
468 *com os artigos, incisos e alíneas especificados, demonstra a aderência aos parâmetros previamente definidos:*

RIOPRETOPREV – Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto

Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto – SP - Telefone (17) 3222 7445

E-mail: contato@riopretoprev.sp.gov.br - <https://www.riopreto.sp.gov.br/conselhos/conselho-municipal-de-previdencia>

469 Renda Fixa: Art. 7º, I, a => 59,09% do PL (Objetivo: 60%; Limite entre 0% e 100%); Art. 7º, I,
470 b => 2,48% do PL (Objetivo: 3%; Limite entre 0% e 70%); Art. 7º, III, a => 10,28% do PL
471 (Objetivo: 9,35%; Limite entre 0% e 60%); Art. 7º, IV => 1,85% do PL (Objetivo: 1,15%; Limite
472 entre 0% e 10%). Renda Variável: Art. 8º, I => 6,62% do PL (Objetivo: 7%; Limite entre 0% e
473 30%). Investimentos no Exterior: Art. 9º, II => 3,94% do PL (Objetivo: 4%; Limite entre 0% e 10%);
474 Art. 9º, III => 4,60% do PL (Objetivo: 4,5%; Limite entre 0% e 10%). Investimentos Estruturados:
475 Art. 10º, I => 8,08% do PL (Objetivo: 7%; Limite entre 0% e 15%); Art. 10º, II => 3,07% do PL
476 (Objetivo: 4%; Limite entre 0% e 8%). Essa aderência aos limites e diretrizes estabelecidos reforça a
477 eficácia da gestão de investimentos da RioPretoPrev, evidenciando a coerência com os objetivos traçados na
478 Política de Investimentos. **DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ENTRE INSTITUIÇÕES E**
479 **BENCHMARKS:** A alocação de recursos entre instituições e benchmarks na carteira da
480 RIOPRETOPREV é detalhada a seguir: Banco do Brasil (R\$ 10,87 mi; 1,60% do PL): 05 fundos:
481 3 Invest. Exterior, 2 RF. Caixa (R\$ 73,03 mi; 10,80% do PL): 07 fundos: 2 RV, 1 Invest. Exterior,
482 04 RF; Notáveis: fundos DI. Bradesco (R\$ 36,44 mi; 5,39% do PL): 01 fundos: RF DI; Destaque:
483 Fundo DI Premium, um dos melhores do segmento no mercado de RPPS. XP Investimentos (R\$ 15,60
484 mi; 2,30% do PL): 03 fundos: RV dividendos, Invest. Exterior e FIP Pátria Investimentos. Custódia
485 das NTN-Bs (R\$ 399,43 mi; 59,08% do PL); Custódia LF BTG Pactual (R\$ 12,53 mi; 1,85% do
486 PL). Santander (R\$ 10,25 mi; 1,51% do PL): 01 fundo: Exterior Global ESG, sem variação cambial.
487 Western Asset (R\$ 15 mi; 2,22% do PL): 01 fundos: Invest. Exterior Ações BDR. Kinea/Lions
488 (R\$ 11,94 mi; 1,76% do PL): 01 fundo: FIP adquirido em 2017, em fase de desinvestimentos.
489 Kinea/Intrag (R\$ 3,66 mi; 0,54% do PL): 01 fundo: FIP em captação inicial. BTG Pactual (R\$ 62,98
490 mi; 9,30% do PL): 05 fundos: RV de ações valor, Multimercado S&P 500, FIP Economia Real em
491 captação inicial, FIP Infraestrutura também em fase de captação de recursos e exterior multimercado. Banco
492 Daycoval (R\$ 18,77 mi; 2,77% do PL): 02 fundos: 1 RV com gestão Tarpon e 1 com gestão Guepardo,
493 ambos de ações valor. Vinci Compass (R\$ 0,84 mi; 0,12% do PL): 01 fundo: FIP em captação inicial.
494 Itaú Unibanco (R\$ 2,29 mi; 0,34% do PL): 01 fundo: RV com pequena exposição em IE. Banco Safra
495 (R\$ 2,38 mi; 0,35% do PL): 01 fundo: RV dividendos. Essa estratégia reflete a abordagem criteriosa da
496 RIOPRETOPREV, buscando otimizar o retorno e gerenciar riscos eficientemente. **DISTRIBUIÇÃO**
497 **DOS RECURSOS DA CARTEIRA E COMENTÁRIOS SOBRE A PERFORMANCE**
498 **DOS FUNDOS E RESPECTIVOS SEGMENTOS: RENDA FIXA:** Ao final do mês de
499 outubro de 2025, 73,7% dos recursos (R\$ 498,18 milhões) foram alocados em Renda Fixa, conforme a
500 Resolução n.º 4.963/2021 (art. 7º). O segmento encerrou o período com uma valorização média de 0,92%.
501 Não houve alterações de estratégias no segmento nesse mês. Os juros futuros encerraram o mês de outubro
502 com comportamento misto ao longo da curva. Observou-se recuo nas taxas dos vértices curtos e
503 intermediários, impulsionado pelos dados do Boletim Focus que sinalizaram maior controle da inflação e
504 abriram espaço para possíveis cortes na Selic. Em contrapartida, os vértices de longo prazo permaneceram
505 pressionados, refletindo as persistentes preocupações com o cenário fiscal. Ao final de outubro, a carteira de
506 renda fixa terminou composta por sete fundos ativos, sendo todos lastreados em ativos de curto prazo,
507 representados por fundos DI, os quais correspondem a 12,76% da carteira e renderam, em média, 1,26%

508 no período. Em relação aos títulos públicos federais, o segmento que fechou com 59,09% do PL da carteira,
509 apresentou uma rentabilidade média de 0,84%. As Letras Financeiras da carteira tiveram rendimento
510 médio de 1,12% no mês, representando 1,85% do PL. Os fundos CAIXA BRASIL TÍTULOS
511 PÚBLICOS, BB PREVIDENCIÁRIO RF PERFIL e BRADESCO FIF RENDA FIXA
512 REFERENCIADA DI PREMIUM foram destaques no segmento fechando o mês com rentabilidade
513 de 1,27%. De forma geral, a Renda Fixa encerrou o mês com uma valorização de R\$ 4.550.394,46,
514 rendimento médio de 0,92%, e o ano com R\$ 43.155.426,35, valorização de 9,82%. RENDA
515 VARIÁVEL: No mês de outubro, 6,62% (R\$ 44,72 milhões) dos recursos foram alocados em Renda
516 Variável, conforme a Resolução n.º 4.963/2021 (art. 8º), todos em fundos de ações (Art. 8º, I) e
517 valorizaram em média 1,89% no mês. A bolsa brasileira encerrou o mês com alta de 2,26%, refletindo o
518 otimismo dos investidores diante da desaceleração da inflação e das expectativas de cortes futuros na taxa
519 Selic. O Ibovespa aproximou-se dos 150 mil pontos, impulsionado pelo valuation atrativo das ações, que
520 reforçou o potencial de valorização do mercado e atraiu maior fluxo de capital estrangeiro. Não tivemos
521 movimentações no segmento nesse mês. Os recursos fecharam distribuídos entre vários segmentos de mercado,
522 como: Dividendos, Alocação em Segmentos de Mercado/Ações Livre e Fundos de "Valor". Apenas o
523 fundo GUEPARDO VALOR INSTITUCIONAL FIF registrou desvalorização no mês. O
524 destaque foi o fundo ITAÚ AÇÕES DUNAMIS FIF CIC RESPONSABILIDADE
525 LIMITADA, com rentabilidade de 7,41% no mês. Entretanto, o destaque do ano continua sendo o fundo
526 XP INVESTOR DIVIDENDOS FIF com rentabilidade de 48,09%. De forma geral, a renda
527 variável encerrou o mês com valorização de R\$ 830.649,79, correspondendo a 1,89% e o ano com
528 valorização de R\$ 10.329.570,73, correspondente a 24,20%. INVESTIMENTOS NO
529 EXTERIOR: No mês de outubro, 8,54% (R\$ 57,73 milhões) dos recursos foram destinados a
530 Investimentos no Exterior, seguindo a Resolução n.º 4.963/2021 (art. 9º), e o segmento teve valorização
531 média de 3,44% no mês. O corte de 0,25% nos juros pelo Fed trouxe cautela aos mercados, diante da
532 ausência de sinalização sobre novos ajustes em dezembro. Em contrapartida, a trégua comercial entre
533 Estados Unidos e China reduziu tensões e impulsionou o desempenho das bolsas no período. Nos fundos
534 de Investimento no Exterior GLOBAL (art. 9º, II da Resolução CMN 4963/2021), ficaram alocados
535 3,94% do patrimônio líquido (PL) da Riopretoprev, totalizando R\$ 26,65 milhões, e esses fundos
536 fecharam o mês com valorização média de 1,73%. Já os fundos BDR (art. 9º, III da Resolução CMN
537 4963/2021) somaram R\$ 31,07 milhões, representando 4,96% do PL, e registraram valorização média
538 de 4,96%. Não houve movimentações nesse segmento no mês e apenas o fundo AQR LONG-BIASED
539 EQUITIES FIM IE fechou com desvalorização. O destaque ficou para o fundo CAIXA
540 INSTITUCIONAL BDR NÍVEL I FIF AÇÕES, com rentabilidade de 5,69%, e no ano o fundo
541 SANTANDER GO GLOBAL EQUITY ESG REAIS IS MULTIMERCADO IE com
542 17,75%. No geral, o segmento de Investimentos no Exterior (IE) encerrou o mês com uma valorização de
543 R\$ 1.919.873,50, o que corresponde a uma rentabilidade 3,44%, e passou a acumular valorização no
544 ano no total de R\$ 2.605.850,28, correspondente a 4,73%. INVESTIMENTOS
545 ESTRUTURADOS: No mês de outubro, 11,15% (R\$ 75,37 milhões) dos recursos ficaram alocados
546 em Investimentos Estruturados. Em fundos Multimercados (art. 10º, I), ficaram 8,08% do patrimônio

547 líquido (PL) da Riopretoprev, totalizando R\$ 54,63 milhões, com uma valorização de 3,18%,
548 representados pela estratégia S&P-500 que manteve ciclo de alta. Nos fundos de participação (art. 10º, II
549 da Resolução CMN 4963/2021), ficaram 3,07% do PL, o equivalente a R\$ 20,74 milhões, alocados
550 no FIP Kinea IV, no FIP Kinea V, no FIP BTG Pactual Economia Real II Multiestratégia, no BTG
551 Pactual Infraestrutura III, no Pátria PE VII Advisory FIP Multi - Classe C e no FIP VCP IV, com
552 uma desvalorização média de 0,29% no mês. Houve integralização da 4ª Chamada de Capital do BTG
553 PACTUAL INFRAESTRUTURA III FEEDER FIP MULTIESTRATEGIA, no valor de
554 R\$ 51.297,33. Ainda, integralização da 5ª Chamada de Capital para o mesmo fundo, no valor de
555 R\$ 1.250.000,00. Além disso, houve a integralização da 4ª Chamada de Capital do VINCI
556 CAPITAL PARTNERS IV FEEDER B FIP MULTIESTRATÉGIA, no valor de
557 R\$ 539.000,00. No geral, o segmento de Investimentos Estruturados encerrou o mês com uma valorização
558 de R\$ 1.621.882,34, rentabilidade média de 2,21% e o ano com valorização de R\$ 11.926.959,56,
559 correspondente a 18,87%. **DISPONIBILIDADE FINANCEIRA:** No fechamento do mês de
560 outubro de 2025 todos os recursos estavam aplicados no mercado financeiro fechando as contas com saldo
561 zerado. **DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DA CARTEIRA E OBSERVÂNCIA DA**
562 **POLÍTICA DE RISCOS:** Após análise dos resultados, os membros constataram que a carteira está
563 aderente à Política de Riscos 2025. Aqui destacamos que todos os segmentos estão dentro dos limites de
564 VaR (Value at Risk) definidos na Política de Investimentos, em conformidade com a Política de Riscos
565 vigente. Destacamos ainda que a liquidez da carteira está com limites dentro do previsto na Política de
566 Investimentos, sendo de no mínimo 25% resgatáveis em 30 dias. **PRINCIPAIS INDICADORES**
567 **DOS INVESTIMENTOS DA RIOPRETOPREV NO MÊS DE OUTUBRO DE 2025:**
568 Frente à volatilidade inerente do mercado financeiro, o empenho do Comitê de Investimentos emerge como
569 um elemento crucial na busca pelo cumprimento da meta atuarial estabelecida. Em um período desafiador,
570 marcado por oscilações e incertezas, o Comitê demonstrou uma abordagem estratégica, trabalhando para
571 otimizar os retornos e mitigar os riscos. A rentabilidade da carteira no mês foi positiva e contribuiu para
572 que, no acumulado do ano, fosse mantido o cumprimento da meta atuarial. Esse resultado segue refletindo
573 a consistência da estratégia adotada pelo Comitê de Investimentos. É importante destacar que o segmento
574 de Investimentos no Exterior apresenta rentabilidade positiva no ano, porém ainda abaixo da meta
575 atuarial. Todas as demais classes, até o momento, superam a meta atuarial. Frente aos desafios do cenário
576 econômico atual, o Comitê segue atento e comprometido com a mitigação de riscos da carteira. Abaixo segue
577 uma análise detalhada dos principais indicadores que permite observar o desempenho **RENDIMENTO**
578 **FINANCEIRO x META ATUARIAL** no mês de outubro de 2025: **RENDIMENTO** em
579 outubro-2025 (em R\$): R\$ 8.922.800,09; **RENDIMENTO** em outubro-2025 (em %): 1,33%;
580 **META ATUARIAL** em outubro-2025 (%): 0,56%; **RAZÃO:** **RENDIMENTO**
581 **FINANCEIRO x META ATUARIAL (%)** EM OUTUBRO-2025: 237,50%. **RAZÃO:**
582 **RENDIMENTO FINANCEIRO x META ATUARIAL ANUAL:** **RENDIMENTO** ano
583 (em R\$): R\$ 68.017.806,92; **RENDIMENTO** ano (em %): 11,26; **META ATUARIAL** ano
584 (%): 8,27; **RAZÃO:** **RENDIMENTO FINANCEIRO x META ATUARIAL** ano (%):
585 136,15%; **META GERENCIAL (IMA-B) (%)**: 9,42%; **CDI (%)**: 11,76%; **IBOVESPA (%)**:

586 24,32%; IBX-50 (%): 22,53%; IRF M1 (%): 12,25%; S&P 500 (%): 1,12%; MSCI ACWI (%):
587 3,99%. PERFORMANCE NOS ÚLTIMOS PERÍODOS: ATINGIMENTO DA META
588 ATUARIAL: NOS ÚLTIMOS 3 MESES: 175,30%; NOS ÚLTIMOS 6 MESES: 179,35%;
589 NOS ÚLTIMOS 12 MESES: 122,93%; NOS ÚLTIMOS 24 MESES: 120,81%; NOS
590 ÚLTIMOS 36 MESES: 120,03%; DO ANO EM CURSO: 135,85%; DESDE O INÍCIO
591 DA ADMINISTRAÇÃO DA CARTEIRA: 65,37%; DESDE O INÍCIO DA
592 RIOPRETOPREV: 89,03%. O Presidente do Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto
593 mostrou a análise de risco da carteira, constatando que todos os segmentos estão dentro
594 dos limites de VaR (*Value at Risk*) estabelecidos na Política de Investimentos e atendendo,
595 também, à Política de Riscos. Também mostrou, em relação a liquidez da carteira, que
596 31,22% dos ativos são resgatáveis em até 30 dias, dentro do limite mínimo de 25%. Não
597 havendo dúvidas, colocadas em votação, **restaram aprovadas, por unanimidade, as**
598 **informações sobre os investimentos da entidade no mês de outubro de 2025.** O
599 Presidente do Conselho, Adriano Antônio Pazianoto, informou que o próximo item da
600 Ordem do Dia referia-se à apreciação do Relatório de Investimentos do terceiro trimestre
601 de 2025, elaborado pelo Comitê de Investimentos, abrangendo o período de julho a
602 setembro de 2025. Esclareceu que o relatório consolida informações já debatidas nas
603 reuniões realizadas ao longo dos últimos três meses, apresentando a evolução mensal da
604 carteira. Destacou que, no período analisado, todas as aplicações permaneceram
605 devidamente enquadradas, em conformidade com a Política de Investimentos, e que a
606 rentabilidade obtida superou a meta atuarial. Informou, ainda, que não houve alteração na
607 estratégia de investimentos, mantendo-se a linha de atuação já discutida e aprovada pelo
608 colegiado. Ressaltou que a apreciação e aprovação formal do relatório são necessárias para
609 fins de cumprimento das exigências da Política de Investimentos e do Pró-Gestão RPPS,
610 esclarecendo que se trata de ato de referendo das informações já conhecidas pelos
611 conselheiros. Indagou, então, se algum conselheiro desejava discutir o relatório ou
612 manifestar voto contrário e, não havendo manifestações, **restou aprovado, por**
613 **unanimidade, o Relatório de Investimentos do terceiro trimestre de 2025.** Último
614 item de pauta, o colegiado analisou as decisões tomadas pelo Comitê de Investimentos nas
615 reuniões ordinárias e extraordinárias do mês de novembro/2025 (Interno nº 1.5545/2025),
616 a saber: Reunião ordinária do dia 10 de novembro de 2025: 1) *Aprovação da ata nº 253 de*
617 *24/10/2025;* 2) *Atendimento do Sr. Marcos Almeida da LDB Consultoria;* 3) *Atendimento do Sr.*
618 *Rogério Maciel da Graphen Investimentos;* 4) *Ciência sobre a amortização de valores do FIP KINEA*
619 *PRIVATE EQUITY IV FEEDER INSTITUCIONAL I FIP EM PARTICIPAÇÕES*
620 *MULTIESTRATÉGIA, CNPJ: 27.782.774/0001-78, e deliberação pela aprovação da operação de*
621 *aplicação dos recursos no fundo CAIXA BRASIL RF Ref DI LP, CNPJ: 03.737.206/0001-97,*
622 *efetuada em 30/10/2025;* 5) *Elaboração e aprovação da proposta da Política de Investimentos e da*
623 *Política de Gestão de Riscos 2026 com encaminhamento ao Conselho Municipal de Previdência para*
624 *aprovação;* 6) *Aprovação da alteração do Mapeamento e Manualização da Política de Investimentos, que*

625 *contempla a Política de Riscos (versão 6.0); 7) Deliberação pela compra de NTN-B 2029, com*
626 *remuneração acima de IPCA+7,00%a.a., acima da meta atuarial de 2025 e prevista para 2026,*
627 *marcados à mercado, com os recursos a serem recebidos de cupom de NTN-B vencimento ímpar no dia*
628 *17/11/2025. Decisão considerando o cenário atual da taxa de juros e a expectativa de queda nos próximos*
629 *anos; 8) Deliberação, por unanimidade, pela utilização de recursos da conta corrente de benefícios da CEF,*
630 *000575270695-1, caso haja recursos disponíveis na data da integralização ou, se necessário, resgate da*
631 *quantia necessária do fundo CAIXA BRASIL RF Ref DI LP, CNPJ: 03.737.206/0001-97 para*
632 *integralização da 6ª Chamada de Capital do BTG PACTUAL INFRAESTRUTURA III*
633 *FEEDER FIP MULTIESTRATEGLA, CNPJ 49.430.776/0001-30; 9) Deliberação pela*
634 *utilização de recursos do fundo CAIXA BRASIL RF Ref DI LP, CNPJ: 03.737.206/0001-97,*
635 *para pagamento de precatórios no mês 11/2025 com valor previsto de R\$ 3,019 milhões (valores ainda*
636 *serão atualizados); 10) Utilização do fundo CAIXA BRASIL RF Ref DI LP, CNPJ:*
637 *03.737.206/0001-97, para aplicação e resgates das operacionalizações de recebimento de cupom e compra*
638 *de NTN-B deliberadas na presente reunião, caso seja necessário para que os recursos não fiquem sem a*
639 *devida aplicação; 11) Aprovação do relatório TRANSPARÊNCIA EM NÚMEROS:*
640 *RELATÓRIO TRIMESTRAL DOS INVESTIMENTOS – 3º TRI/2025, com*
641 *encaminhamento para os Conselho Fiscal e Municipal para aprovação; Reunião ordinária do dia 24 de*
642 *novembro de 2025: 1) Aprovação, por unanimidade, das informações sobre Investimentos do mês*
643 *10/2025, com emissão de parecer favorável quanto à sua precisão e conformidade; 2) Aprovação, por*
644 *unanimidade, do Plano de Ação Mensal da Gestão de Recursos e Investimentos para 2026; 3) Aprovação,*
645 *por unanimidade, do Plano de Trabalho Anual do Comitê de Investimentos de 2026; 4) Deliberação, por*
646 *unanimidade, pela integralização de recursos referentes a 11ª chamada de capital do FIP KINEA*
647 *PRIVATE EQUITY V FEEDER INSTITUC I FIP MULTI, CNPJ: 41.745.796/0001-99,*
648 *com utilização do saldo disponível em conta de benefícios previdenciários da Caixa Econômica Federal, se*
649 *disponível, e/ou pelo resgate de recursos necessários do fundo CAIXA BRASIL RF REF DI LP,*
650 *CNPJ: 03.737.206/0001-97; 5) Deliberação, por unanimidade, pela realocação de recursos dos*
651 *segmentos de renda variável, exterior e estruturados, a fim de realização de lucro do ano e alocação em*
652 *investimentos de longo prazo com retornos superiores a meta atuarial, da seguinte forma: a) Resgate parcial*
653 *dos fundos da seguinte forma: i) resgate de R\$ 1.400.000,00 do fundo de renda variável XP*
654 *DIVIDENDOS FLA, CNPJ: 16.575.255/0001-12; ii) resgate de R\$ 1.500.000,00 do fundo de*
655 *renda variável FIC FLA CAIXA BRASIL AÇÕES LIVRE QUANTITATIVO, CNPJ:*
656 *30.068.169/0001-44; iii) resgate de R\$ 1.300.000,00 do fundo de investimentos no exterior Santander*
657 *Go Global Equity ESG Reais MM IE FI, CNPJ: 34.258.351/0001-19; iv) resgate de*
658 *R\$ 9.000.000,00 do fundo de investimentos estruturados multimercado BTG PACTUAL S&P 500*
659 *BRL FIM, CNPJ: 36.499.594/0001-74; b) Aplicação dos recursos resgatados dos fundos, no valor de*
660 *R\$ 13.200.000,00, em títulos públicos federais, NTN-B com vencimento em 2030, com remuneração*
661 *acima de IPCA+7,00%a.a., acima da meta atuarial de 2025 e prevista para 2026, marcados na curva;*
662 *c) Utilização do fundo CAIXA BRASIL RF Ref DI LP, CNPJ: 03.737.206/0001-97, para*
663 *aplicação e resgates das operacionalizações de recebimento dos resgates e compra de NTN-B deliberadas na*

664 presente reunião, caso seja necessário para que os recursos não fiquem sem a devida aplicação; d) Deliberação,
665 por unanimidade, pela antecipação da compra da NTN-B 2030, a fim de garantir as taxas ofertadas
666 atualmente no mercado, com utilização dos recursos do fundo CAIXA BRASIL RF Ref DI LP, CNPJ:
667 03.737.206/0001-97; As alterações a serem efetuadas manterão os limites previstos na Política de
668 Investimentos e Riscos, a liquidez da carteira e também estão adequadas as indicações trazidas pelo Estudo
669 de ALM vigente. 6) Deliberação, por unanimidade, pela utilização dos recursos do fundo BRADESCO
670 FI RF REFERENCIADO DI PREMIUM, CNPJ: 03.399.411/0001-90, caso os recursos do
671 fundo CAIXA BRASIL RF Ref DI LP, CNPJ: 03.737.206/0001-97, não sejam suficientes para
672 pagamento das despesas relativas aos benefícios previdenciários, mantendo-se a decisão até nova deliberação.
673 Sem discussões, **restaram referendadas as decisões do Comitê de Investimentos**
674 **tomadas no mês de novembro de 2025.** A Conselheira Adriana Rambaiolo Tonin
675 solicitou que constassem em ata seu questionamento e os esclarecimentos prestados,
676 dirigindo-se ao Diretor Técnico Willem de Lazari Araujo e ao também advogado da
677 Autarquia, Bruno Santana Costa. Indagou acerca da legalidade de o Conselho deliberar e
678 aprovar proposta de alteração do plano de custeio suplementar que depende da aprovação
679 de outro Projeto de Lei, ainda em tramitação na Câmara Municipal. Ressaltou que a
680 proposta de reforma da previdência ainda não foi definitivamente aprovada e que há a
681 possibilidade de modificações por meio de emendas, conforme manifestações de
682 vereadores durante a análise da legalidade da matéria. Questionou, assim, se é juridicamente
683 adequado que o Conselho aprove, neste momento, um projeto condicionado a outro que
684 pode não ser aprovado na íntegra, ou sofrer alterações substanciais, solicitando
685 esclarecimentos quanto à competência e à segurança jurídica dessa deliberação. O Diretor
686 Técnico Willem de Lazari Araujo esclareceu que compreendeu o questionamento
687 formulado e reconheceu o contexto de urgência decorrente do encerramento do exercício,
688 mas manifestou entendimento de que não há ilegalidade na deliberação antecipada do
689 Conselho sobre as alíquotas do plano de custeio suplementar. Explicou que a eventual
690 ilegalidade não recairia sobre o Conselho, mas sobre o Poder Legislativo, caso a Câmara
691 Municipal deliberasse sobre alteração do plano de amortização sem a aprovação prévia da
692 reforma previdenciária, uma vez que uma lei depende da outra. Ressaltou que o Conselho
693 não aprova a lei, mas delibera sobre as premissas atuariais e as alíquotas, enquanto a
694 aprovação formal da minuta legislativa compete exclusivamente à Câmara. Destacou que a
695 antecipação pelo Conselho é possível porque a redução estimada do déficit atuarial é
696 significativa, o que justifica o ajuste das alíquotas suplementares, as quais possuem natureza
697 variável e dinâmica, acompanhando a evolução do déficit. Ressaltou que outras fontes de
698 custeio, como o aporte do imposto de renda e o aumento da contribuição patronal para
699 28%, possuem caráter fixo e permanente enquanto houver déficit atuarial. Acrescentou que,
700 caso o projeto de reforma previdenciária sofra alterações no âmbito legislativo que
701 impactem atuarialmente as alíquotas aprovadas, o tema deverá retornar ao Conselho para
702 nova apreciação, sem qualquer prejuízo. Observou, ainda, que eventuais alterações que não

703 gerem impacto atuarial não exigiriam nova deliberação. Concluiu afirmando que, embora o
704 procedimento mais conservador fosse aguardar a aprovação integral de todos os projetos,
705 não vislumbra ilegalidade na antecipação da deliberação pelo Conselho, ressaltando tratar-
706 se de seu entendimento técnico, respeitando eventuais posicionamentos divergentes. O
707 advogado Bruno Santana Costa manifestou concordância com os esclarecimentos
708 prestados pelo Diretor Técnico Wilclem de Lazari Araujo, afirmando que a deliberação do
709 Conselho acerca do plano de custeio suplementar encontra-se lastreada no projeto de
710 reforma previdenciária apresentado. Esclareceu que, havendo alteração substancial no
711 projeto em tramitação no Poder Legislativo, seria necessária nova discussão e reavaliação
712 do plano de custeio pelo Conselho. Ressaltou que, caso o projeto seja aprovado nos termos
713 atualmente apresentados, o fato de o Conselho ter deliberado previamente não configura
714 ilegalidade, ainda que reconheça tratar-se de procedimento que pode ser considerado
715 antecipado em relação à vigência da reforma. Destacou que a atuação do Conselho visa
716 adequar-se às circunstâncias fáticas e buscar o melhor resultado possível, concluindo que
717 não vislumbra ilegalidade na deliberação realizada. A Conselheira Adriana Rambaiolo Tonin
718 solicitou esclarecimentos quanto ao cronograma de encaminhamento do projeto de
719 alteração do plano de custeio suplementar à Câmara Municipal, questionando quando o
720 projeto será protocolado e se sua apreciação ocorrerá conjuntamente com a votação do
721 mérito da reforma previdenciária. Indagou, ainda, se há previsão de datas para a tramitação
722 e deliberação legislativa, solicitando tais informações para melhor compreensão do
723 processo. O Diretor Técnico Wilclem de Lazari Araujo esclareceu que não há definição
724 precisa de cronograma, uma vez que a tramitação legislativa não depende do Conselho ou
725 da Autarquia. Informou que, após a aprovação pelo Conselho, a proposta é encaminhada
726 ao Poder Executivo, encontrando-se a minuta do projeto de lei já elaborada. Manifestou
727 entendimento de que a reforma previdenciária deverá ser apreciada antes da proposta de
728 alteração do plano de custeio, não vislumbrando a possibilidade de votação conjunta,
729 ressaltando tratar-se de avaliação pessoal. Acrescentou que, embora não haja garantia
730 quanto aos prazos, acredita que ambos os projetos possam ser apreciados até o final do
731 exercício, destacando que trâmites anteriores, como análise pela Procuradoria-Geral do
732 Município, já demandaram períodos significativos, o que reforça a imprevisibilidade do
733 processo. A Conselheira Adriana Rambaiolo Tonin alertou que a aprovação da proposta
734 poderá gerar manifestações contrárias significativas, inclusive por parte de aposentados,
735 que até o momento não se mobilizaram por não terem sido diretamente impactados pela
736 reforma previdenciária. Ressaltou que, em sua avaliação, esse cenário tende a se alterar,
737 solicitando que as respostas prestadas pela gestão fossem registradas em ata. A conselheira
738 ponderou ainda que o plano de custeio suplementar deve ser analisado em perspectiva
739 histórica, destacando que o déficit atuarial atual decorre de decisões pretéritas, inclusive da
740 fixação inicial de alíquotas suplementares insuficientes, bem como do modelo adotado no
741 momento da criação do regime próprio, que já se iniciou com obrigações previdenciárias

742 elevadas. Afirmou que identifica similaridade entre o cenário pretérito e a proposta atual,
743 destacando que, conforme a simulação apresentada, a alíquota suplementar proposta não
744 produzirá redução efetiva do déficit atuarial nos primeiros treze anos, contrariando a
745 finalidade do próprio plano de custeio. Ressaltou que, embora a reforma previdenciária não
746 gere impacto direto sobre os aposentados, a contribuição suplementar os afeta
747 indiretamente, razão pela qual entende que esse segmento poderá vir a se mobilizar ao
748 tomar conhecimento dos efeitos da proposta. Registrou, ainda, que, na condição de
749 representante dos aposentados no Conselho, considera seu dever alertar e questionar sobre
750 os impactos da medida, buscando compreender o posicionamento da RioPretoPrev e de
751 seus assessores jurídicos quanto às consequências do modelo proposto, reiterando a
752 necessidade de reflexão e aprofundamento do debate. O Diretor Técnico Wilelem de Lazari
753 Araujo afirmou compreender as preocupações levantadas pela Conselheira Adriana e pelos
754 demais conselheiros, reconhecendo que a reforma previdenciária e a alteração do plano de
755 custeio constituem matérias polêmicas e controversas, que naturalmente geram
756 divergências. Destacou que, sob uma perspectiva pessoal, preferiria que tais discussões não
757 fossem necessárias, mas reconheceu tratar-se de debate inevitável diante do cenário atual.
758 Esclareceu que o déficit atuarial não decorre exclusivamente da definição das alíquotas
759 suplementares, mas de um conjunto de fatores estruturais, como o aumento da expectativa
760 de vida, a ausência de reformas anteriores, a elevação das taxas de juros e a existência de
761 um grupo significativo de servidores com direito à aposentadoria integral, admitida pela
762 legislação vigente. Ressaltou que, mesmo com alíquotas mais elevadas no passado, o déficit
763 continuaria a crescer, ainda que em ritmo menor. Destacou que a reforma previdenciária
764 proposta não elimina imediatamente o déficit, mas altera substancialmente seu patamar,
765 reduzindo-o de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões para cerca de R\$ 900 milhões, valor
766 considerado mais administrável e financeiramente viável para um RPPS do porte do
767 município. Ressaltou que, a partir desse novo patamar, a tendência é de estabilização inicial
768 e posterior redução gradual, especialmente com a entrada de servidores vinculados ao
769 regime de previdência complementar. Pontuou que, sem a reforma, mesmo com alíquotas
770 suplementares mais elevadas, o déficit continuaria crescendo a partir de um patamar muito
771 mais elevado, tornando sua amortização extremamente difícil. Enfatizou que a reforma traz
772 conquistas relevantes, como a fixação definitiva da contribuição patronal em 28% e o
773 aporte permanente do imposto de renda retido na fonte, além de outras medidas
774 estruturantes. Por fim, reafirmou respeitar integralmente as posições contrárias
775 manifestadas pelos conselheiros e representantes sindicais, reconhecendo a legitimidade da
776 discordância, especialmente diante do impacto sobre determinadas categorias, como a
777 educação. Contudo, destacou que, do ponto de vista técnico e jurídico, não vislumbra
778 ilegalidade na proposta apresentada, ainda que haja divergências quanto ao mérito e à
779 oportunidade de sua aprovação. Exaurida a pauta e encerradas as discussões, o Presidente
780 do Conselho, Adriano Antônio Pazianoto, indagou se o Diretor-Superintendente gostaria

781 de fazer alguma consideração final antes do encerramento da reunião. O Diretor-
782 Superintendente Cel. Miguel Elias Daffara agradeceu a oportunidade concedida pelo
783 Presidente do Conselho e ressaltou o valor da diversidade de opiniões, destacando que o
784 debate ocorreu de forma respeitosa e democrática. Citou reflexão de Joaquim Nabuco no
785 sentido de que a unanimidade em política pode ser prejudicial, reconhecendo que as
786 manifestações contrárias contribuíram para seu aprendizado e reflexão. Pontuou que
787 compreende as divergências apresentadas, mas solicitou aos conselheiros que também
788 considerem a responsabilidade institucional que recai sobre a gestão. Informou que, como
789 dirigente da Autarquia, está legalmente obrigado a atuar na busca do equilíbrio financeiro e
790 atuarial do regime, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei nº
791 9.717/1998 e a Constituição Federal, especialmente o artigo 40, que consagra o princípio
792 da solidariedade entre ente federativo, servidores ativos, aposentados e pensionistas.
793 Relatou que, ao assumir a função, deparou-se com um déficit atuarial estimado em
794 aproximadamente R\$ 2,5 bilhões, situação que lhe causou preocupação, uma vez que a
795 legislação atribui ao dirigente a responsabilidade de adotar providências para assegurar a
796 sustentabilidade do regime. Destacou, ainda, que há recomendações expressas do Tribunal
797 de Contas para que persista diligenciando junto aos Poderes Executivo e Legislativo na
798 adequação das regras previdenciárias, sob pena de responsabilização. Esclareceu que sua
799 atuação visa movimentar institucionalmente os atores competentes, sem substituir a decisão
800 política, que cabe ao Poder Legislativo. Ressaltou que todas as discussões e
801 encaminhamentos estão devidamente registrados, de modo a demonstrar as providências
802 adotadas durante sua gestão. Apontou que, caso a reforma previdenciária seja aprovada nos
803 termos propostos, serão asseguradas condições previdenciárias mais vantajosas aos
804 servidores municipais, tais como: valores de aposentadorias e pensões superiores aos
805 praticados no âmbito da União, do Estado e do INSS; pensão vitalícia ao cônjuge, com
806 reversibilidade de cotas, benefícios inexistentes no regime geral; além da previsão de
807 aposentadoria especial para servidores com deficiência e para aqueles expostos a agentes
808 nocivos, lacunas atualmente existentes na legislação municipal. Destacou, ainda, que a
809 proposta busca minimizar o impacto contributivo sobre aposentados e pensionistas,
810 evitando cenários mais gravosos, como os previstos na Emenda Constitucional nº
811 103/2019, que autoriza contribuições a partir de um salário-mínimo. Por fim, informou
812 que o Ministério da Previdência formalizou, em outubro, solicitação de esclarecimentos
813 quanto às providências adotadas pelo município para discussão e aprovação de medidas
814 voltadas ao equilíbrio atuarial, reforçando a necessidade de atuação diligente da gestão.
815 Concluiu afirmando que, independentemente do desfecho legislativo, permanecerá com a
816 consciência tranquila por estar cumprindo seu dever institucional, agradecendo ao
817 Conselho pela participação e pelo debate qualificado. O Presidente do Conselho, Adriano
818 Antônio Pazianoto, agradeceu a presença e a participação de todos os conselheiros e demais
819 presentes. Por fim, sem mais assuntos, eu, Adriano Antônio Pazianoto (assinatura *digital*),

820 lavro a presente ata que, para fins de consolidação, vai assinada por mim e pela Secretária
821 do Colegiado, Teresa Cristina Sicoli Vilela (*assinatura digital*). Ata aprovada, por
822 unanimidade, na reunião virtual de 26/03/2026 (reunião ordinária de março de 2026).
823 *Assinaturas Digitais na margem do termo.*



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 331A-0D10-DD55-B2AE

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ ADRIANO ANTONIO PAZIANOTO (CPF 327.XXX.XXX-48) em 26/03/2026 11:09:48 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

- ✓ MÁRIO JOSÉ PICCARELLI DE CASTRO (CPF 219.XXX.XXX-01) em 26/03/2026 11:31:24 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ BRUNO SANTANA COSTA (CPF 070.XXX.XXX-84) em 26/03/2026 11:37:06 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/331A-0D10-DD55-B2AE>